

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 267

Período: 22/09/07 a 28/09/07

GEDES – Brasil

- 1- Presidente venezuelano diz que Lula concorda com a criação de um conselho militar regional
- 2- Dois controladores do Cindacta-4 são soltos por ordem judicial
- 3- Advocacia Geral da União decide não recorrer e acatar sentença judicial sobre Araguaia
- 4- Utilização da energia nuclear gera embates
- 5- Opinião: A necessidade de se produzir armas
- 6- De acordo com Ministro da Defesa, novas medidas propostas sinalizam o fim da crise aérea
- 7- Exército contrata empresa para projetar blindados de combate

1- Presidente venezuelano diz que Lula concorda com a criação de um conselho militar regional

De acordo com o jornal *Estado de S.Paulo*, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, declarou, no dia 21/09/07, que a possibilidade de agrupar as Forças Armadas da América do Sul, em um conselho regional, é compartilhada com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Chávez ainda disse que Lula aprecia a idéia de se pensar na formação de um conselho de segurança na América do Sul (Estado de S.Paulo – Internacional – 22/09/07).

2- Dois controladores do Cindacta-4 são soltos por ordem judicial

Segundo o jornal *Estado de S.Paulo*, por ordem da justiça militar, os controladores de vôo Wilson Alencar Aragão e Michael Rosenfeld de Paula, foram soltos após estarem presos desde o dia 14/09/07, sendo que, junto com mais cinco controladores, ainda respondem por atos contra a hierarquia militar, ocorridos no dia 30/09/07, no Cindacta-4, em Manaus (capital do estado de Amazonas). A assessoria do tribunal militar afirmou que os outros cinco controladores ficarão detidos até a próxima audiência, que poderá ocorrer em duas semanas (Estado de S.Paulo – MetrÓpole – 22/09/07; Folha de S.Paulo – Cotidiano – 22/09/07; Jornal do Brasil – País – 22/09/07).

3- Advocacia Geral da União decide não recorrer e acatar sentença judicial sobre Araguaia

Desde 1982, tramita na Justiça a ação dos familiares de ex-ativistas da Guerrilha do Araguaia desaparecidos no período do conflito. O governo decidiu acatar a decisão da juíza Solange Salgado, da 1ª Vara da Justiça Federal de Brasília, que determinou a tomada de depoimento dos militares que participaram da guerrilha, com o objetivo de encontrar os restos mortais dos 58 ativistas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) desaparecidos. A decisão da juíza obriga o governo a estabelecer uma estratégia de investigação que inclui a abertura dos arquivos da repressão guardados pelas Forças Armadas. Pela sentença, as investigações têm de terminar no prazo de 120 dias. A

Advocacia Geral da União não recorrerá da decisão judicial, o que agradou familiares e ex-guerrilheiros. Em São Domingos do Araguaia, estado do Pará, no dia 22/09/07, cerca de 500 pessoas estiveram presentes em uma audiência que tratava sobre as pessoas que morreram em confronto com o Exército na guerrilha do Araguaia. Essa organização foi feita pelo governo do Pará, sendo que compareceram à audiência, representantes do governo federal e do Congresso. Essa ação teve como objetivos reforçar o coro que pede indenizações às famílias das vítimas e, também, apoiar a decisão do governo federal que não se opôs à abertura dos arquivos. A exigência de uma nova investigação, por parte da Juíza Solange Salgado desembocou em um novo ponto de atrito entre governo e Forças Armadas. Um dos militares envolvidos no episódio da guerrilha do Araguaia, o coronel Lício Ribeiro Macie, anunciou que pretende recorrer à sentença da juíza, entrando com um mandato de segurança na justiça, que poderá vir a ser um grande estímulo para que outros militares envolvidos no caso se recusem a prestar depoimentos. Lício declarou que existem duas alternativas para o caso: a primeira delas seria alegar que atuou numa missão pelas Forças Armadas e, assim, pedir um mandato de segurança preventivo; a outra forma seria enviar um mandato contra a convocação do Exército, já que Lício era oficial do Centro de Informações da força (CIEX). Lício, hoje está na reserva e evita comentar sobre os episódios ocorridos no Araguaia, dizendo também que não se lembra mais do lugar onde teria enterrado os corpos dos que morreram durante a guerrilha. (Folha de S.Paulo – Brasil – 23/09/07; Folha de S.Paulo – Cotidiano – 24/09/07; Jornal do Brasil – País – 23/09/07; Jornal do Brasil – Noticiário – 26/09/07).

4- Utilização da energia nuclear gera embates

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, apresentou uma ação civil pública contra a União e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) que pretende impedir que a Cnen conceda ou renove novas licenças para instalações nucleares. A alegação é que o órgão é o único a fiscalizar e ao mesmo tempo incentivar o uso da energia nuclear, o que poderia gerar decisões arbitrárias, sendo que os pareceres da fiscalização são desprezados pela Cnen e os profissionais não são especializados em radioproteção e segurança nuclear. Assim, a Cnen poderia emitir licenças somente após a criação de um órgão independente e especializado em proteção e segurança nuclear, com regulamentação e fiscalização própria, que fosse totalmente desvinculado de atividades de pesquisa, fomento, produção e desenvolvimento nuclear, visando uma política nuclear que garanta “à coletividade os procedimentos mínimos de segurança”. Se o pedido do MPF for aceito, a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3 podem ser canceladas, pois necessitam de prévia licença da Cnen. Em contraposição, o presidente da Cnen, Odair Gonçalves, frisou que atender ao pedido do MPF representa um risco para todo o sistema nuclear brasileiro, pois em quase todos os países do mundo, as instituições nucleares somente se separam conforme a definição do tamanho do programa nuclear e que, no Brasil, “antes de separar é preciso ter clareza do que é a política nuclear, que só começou a ser discutida, novamente, a partir de 2004”. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, disse que atualmente a prioridade do Governo Federal é a construção do primeiro submarino nuclear brasileiro. No

dia 24/09/07, Jobim visitou o Centro Experimental de Aramar (localizado em Iperó, estado de São Paulo) que está sob supervisão da Marinha. O ministro pôde conhecer a fábrica de ultracentrífugas usadas para o enriquecimento do urânio e observar dois modelos avançados de ultracentrífugas que serão incorporadas nas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em 2008. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o comandante da Marinha, almirante Júlio Soares de Moura Neto, declarou, durante a visita, que o submarino será construído até 2018, tendo em vista que foram liberados, desde 2006, R\$ 130 milhões por ano, durante 8 anos, para a finalização do projeto. A construção do laboratório de geração de energia também foi retomada e abrigará o protótipo do reator do submarino que, com 11 megawatts de potência, pode ser utilizado para a geração de energia, iluminado uma cidade com até 20 mil habitantes. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/09/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/09/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/09/07).

5- Opinião: A necessidade de se produzir armas

Segundo Mauro Santayana, o Brasil voltará a produzir armamentos, tendo como base, a citação feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Santayana, diz que por um certo período, o Brasil conseguiu quebrar com a pressão externa e conseguiu avançar no desenvolvimento tecnológico próprio, citando os exemplos dos setores aeroespaciais, com apoio do Centro Tecnológico Aeroespacial (CTA), da produção de aviões militares, veículos de assalto e blindados e na artilharia de mísseis. Santayana mostra que, devido aos problemas econômicos do final da década de 1970 e de toda a década de 1980 e às dificuldades encontradas no governo de Fernando Collor e aos oito anos seguintes, que resultaram no enfraquecimento da ação do Estado nacional no período do presidente Fernando Henrique Cardoso, não houve continuidade no desenvolvimento de armamentos. O colunista expõe que o sucateamento das Forças Armadas no Brasil foi um programa deliberado do governo sob gestão de Fernando Henrique, sendo que esse governo teria provocado um retrocesso no desenvolvimento do país. Tendo feita essa crítica, Santayana argumenta que é necessário ao Brasil, defender seu enorme território, não com uma política expansionista, mas sim, como manutenção das terras já definidas como território nacional, já que, para o autor, o Brasil no futuro poderá ter problemas com a Venezuela, que está se equipando com modernos aparelhos bélicos, por exemplo. Santayana ressalta o bom relacionamento entre o governo brasileiro e venezuelano, mas lembra que os governos se modificam. Santayana afirma que, além dessa função de manutenção do território, a retomada do desenvolvimento bélico no Brasil, poderá acarretar no próprio desenvolvimento do país, com novas técnicas que podem ser implantadas melhorando a situação econômica da sociedade civil (Jornal do Brasil – País – 24/09/07).

6- De acordo com Ministro da Defesa, novas medidas propostas sinalizam o fim da crise aérea

De acordo com o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo proporá em seu relatório final que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) não tenha mais o controle sobre concessão de vôos e exploração de aeroportos, por ter considerado

“pouco claros” os critérios adotados pela agência. Assim, tais funções passariam a ser de responsabilidade do Ministério da Defesa e à Anac caberia apenas a função de reguladora e fiscalizadora do setor aéreo. O relator Marco Maia ressaltou que existem ligações de interesses entre a agência e as empresas aéreas e solicitará ao Governo Federal que envie, a cada 04 anos, ao Congresso Nacional, um plano para o setor aéreo constando possíveis programas de expansão de aeroportos, e programações para a malha aérea. Além disso, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, pretende alterar a atual diretoria da agência e afirmou que o pior da crise aérea já passou, sendo necessário agora a elaboração de projetos e alterações legislativas para sanar definitivamente o problema. Além disso, segundo a *Folha de S. Paulo*, após ter sofrido um “rebaixamento” em virtude da crise aérea, o Brasil foi novamente elevado (através de uma eleição) para o mais alto nível do conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci), mas ainda sofre pressões e críticas de outras entidades como a Federação Internacional dos Controladores de Vôo (Ifatca) e a Associação Internacional das Empresas Aéreas (Iata), que apontam que a segurança da aviação brasileira ainda está comprometida. (Folha de S.Paulo – Cotidiano – 22/09/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/09/07; Jornal do Brasil – País – 22/09/07; Jornal do Brasil – País – 29/09/07; Estado de S.Paulo – Metrópole – 22/09/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 29/09/07).

7- Exército contrata empresa para projetar blindados de combate

Conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, uma empresa do grupo italiano Fiat, a Iveco, foi escolhida por licitação, promovida pelo Exército, para desenvolver novos blindados de combate a fim de que os atuais veículos militares, os Urutus, sejam substituídos. A proposta da empresa, que inclui uma série de características dos novos carros, deverá ser apresentada nos próximos meses, mas pode-se adiantar que 60% das peças dos blindados serão nacionais e que a fabricação será aproximadamente 50% mais barata do que se fosse importada. Caso o projeto apresentado seja aprovado pelo Exército, a Iveco produzirá, inicialmente, 16 unidades para testes e, somente após 2 anos, o governo poderá ou não encomendar oficialmente os veículos. A diretoria de comunicação da empresa informou que a definição das responsabilidades da Iveco e do Exército estão sendo definidas nessa fase inicial do projeto, o qual será desenvolvido em território nacional, apesar da matriz da Fiat já produzir blindados de combate na Itália. Estes, porém, não atendem às exigências do governo brasileiro, já que os novos deverão ser anfíbios, com blindagem mais resistente, deverão possuir sistema eletrônico central de controle remoto de armas, o motor deverá produzir menos ruídos, além de conter características externas capazes de dificultar a visualização do adversário em combates. Segundo o jornal, todas essas exigências se devem ao fato de que os atuais veículos utilizados pelo Exército (por exemplo, na missão do Haiti) apresentam freqüentes problemas mecânicos, além de serem perfurados com as munições mais modernas – tendo em vista que o Urutu foi produzido em meados de 1980. O Exército ainda não divulgou o volume a ser produzido, mas estima-se que cerca de 1200 veículos novos serão necessários para renovar a frota. O projeto de modernização do Exército, até 2013, destinará parte dos seus R\$ 7 bilhões aos novos blindados. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/09/07).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, graduanda em Relações Internacionais) e Victor Missiato (Redator, graduando em História).